

# O NÚCLEO COLONIAL ANTÔNIO PRADO E AS ORIGENS DA SEGREGAÇÃO URBANA EM RIBEIRÃO PRETO

*Adriana Capretz Borges da Silva Manhas \**  
*Oswaldo Mário Serra Truzzi \*\**

**E**mbora um povoado tivesse começado a se configurar com a demarcação do patrimônio de São Sebastião em 1856, o desenvolvimento urbano realmente significativo em Ribeirão Preto teve início apenas no último quartel do século XIX, quando a expansão cafeeira atingiu as “terras roxas” e os cafeicultores paulistas impuseram-se sobre os antigos pecuaristas mineiros que detinham a posse do solo. Se nos primeiros tempos todas as atividades urbanas se concentraram na região central, uma primeira expansão ocorreu já no ano de 1887, com a criação do núcleo colonial Antônio Prado. Apesar das características favoráveis ao seu progresso - formado de imigrantes, em sua maioria, italianos, com profissão urbana e pecúlio para aquisição do lote no novo país - este núcleo teve sua área desvalorizada diante do restante da cidade, dando origem aos territórios de pobreza da zona norte de Ribeirão Preto.

Concebido para constituir um “viveiro de mão-de-obra” para as lavouras de café que atingiram a região, bem como de provê-la de gêneros de subsistência, que eram caros e escassos na época, acabou servindo à burguesia dominante como depositário de tudo o

que ela desejava esconder: fábricas, hospitais e agentes de contaminação, animais e, sobretudo, pessoas pobres, incluindo operários e imigrantes. A sociedade receptora os desejava para o trabalho, mas os rejeitava para o convívio social. O isolamento espacial causado pela dificuldade de acesso, infra-estrutura urbana precária e presença de equipamentos urbanos indesejáveis foi responsável pelo isolamento da área que, ao longo dos anos, transformou-se em “outra cidade” dentro de Ribeirão Preto.

A bibliografia referente aos núcleos coloniais no Brasil mostra que este tipo de empreendimento fracassou devido à distância que os loteamentos rurais se encontravam dos núcleos urbanos já consolidados e também às condições de vida dos imigrantes, que permaneceram isolados e com poucos recursos. Por outro lado, aqueles mais recentes fundados no Estado de São Paulo prosperaram, em sua maioria, e tiveram modernização e diversificação cultural, além de garantirem, em nível individual e familiar, a própria ascensão social. Seguindo esta lógica, era de se esperar o mesmo destino para o Núcleo Colonial Antônio Prado. O seu projeto urbano e as formas para aquisição dos lotes

preconizavam que este viria a se tornar uma cidade próspera ou então que viesse a se unir àquela já existente. Entretanto, o que se pôde observar da área originada deste núcleo, ao longo de todo o século XX, é que esta se transformou em uma cidade dentro de outra, permanecendo isolada socialmente, embora integrada geograficamente a Ribeirão Preto.

## **Estratégias para a criação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto e seu funcionamento**

No auge da monocultura cafeeira, no final do século XIX, os gêneros de subsistência no Estado de São Paulo ficaram escassos e cada vez mais caros; além disso, a dificuldade de fixação do imigrante às fazendas havia se tornado um problema, devido às condições a que eram submetidos, semelhantes às dos escravos. Isso fez com que na segunda metade da década de 1880, os fazendeiros paulistas cedessem ao projeto de disponibilização da pequena propriedade aos imigrantes, resultando na fundação de vinte núcleos no Estado de São Paulo entre 1885 e 1911. Entre

eles, o único situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o de Antônio Prado, implantado no ano de 1887. A proposta era que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira. Seguindo o regulamento aprovado pelo governo imperial em 1867 que estipulava um projeto para os núcleos coloniais, sua área foi dividida em duzentos lotes dispostos em cinco partes, sendo uma sede, com lotes menores – também chamada “seção urbana”, concebida para funcionar como uma administração do núcleo – e quatro seções, formadas por lotes “rurais”, que eram maiores. O valor do metro quadrado dos lotes da sede era dez vezes superior ao valor da mesma área em uma das quatro seções “rurais” e para adquirir um, era necessário que o candidato exercesse algum tipo de ocupação urbana. A criação e administração do núcleo eram de responsabilidade da Inspetoria de Terras e Colonização e da Agência Central de Imigração (substituídas em 1897 pela Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado), que também zelavam pelo seu funcionamento, até a quitação da maioria dos lotes, que ocorreu no ano de 1893. A partir daí, o núcleo foi “emancipado”, e sua área foi incorporada ao município. A configuração espacial do núcleo colonial dava claros sinais de que este, posteriormente, poderia se tornar uma parte integrante e importante, economicamente falando, da cidade, visível a partir do traçado das ruas e lotes, da existência de uma sede destinada para área urbana, das dimensões dos lotes urbanos e rurais, diferença do valor entre eles e da proximidade com a linha férrea para escoamento dos produtos.

Ocupando a maior parte da atual zona norte da cidade, o Núcleo Colonial Antônio Prado foi localizado nas terras

devolutas demarcadas em função da Lei de Terras de 1850, as quais se encontravam na várzea do ribeirão Preto e do córrego Retiro, que juntamente com a Estrada de Ferro da Mojiana, constituíram importantes condicionantes físicos para o seu desenho final. Quando o núcleo foi implantado, a área urbana de Ribeirão Preto contava apenas com algumas ruas localizadas ao redor do Largo da Matriz. Inicialmente, seus lotes funcionavam apenas como chácaras, abastecidas pelos córregos da região, onde os imigrantes produziam milho, arroz, feijão, fubá e criavam animais, utilizando-se da estrada de ferro Mojiana para escoar a produção para outros municípios. A propriedade havia sido adquirida sob condição de cultura e morada efetiva e outras obrigações para com o lote que deveriam ser rigidamente cumpridas, sob pena de perda pelo não cumprimento. Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas em seu interior, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira: até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como a cerveja produzida pela Livi & Bertoldi, fábricas de caramelo (para atender a produção de bebidas) e as diversas fábricas de sabão e cadeiras. Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços manufatureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de “carros de aluguel” e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de

mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, havia uma grande quantidade de olarias e depósitos de materiais.

Ao lado de atividades agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços, os moradores do núcleo também encontraram na venda de terras uma nova fonte de renda após a emancipação em 1893, quando os lotes originais puderam ser comercializados sem a intervenção do Estado. Com isso, o patrimônio público que era formado por suas terras foi transferido para o domínio privado e deste momento em diante, a distinção antes existente entre os lotes urbanos e rurais desapareceu, pois o valor da terra passou a ser determinado pelo mercado imobiliário. A partir daí, a classe trabalhadora pôde adquirir lotes inteiros ou frações destes junto aos primeiros proprietários, para a formação de chácaras ou para a construção de casas para moradia ou aluguel, embora não alcançassem grandes preços devido à localização suburbana e à falta de investimentos públicos. As seções que possuíam mais fácil acesso ao núcleo urbano principal, que eram a sede e a terceira seção, foram “reloteadas” antes das demais, abrigando as mais diferenciadas atividades econômicas, não significando, entretanto, que tenham recebido serviços de intra-estrutura urbana prontamente. Ambas constituíram logo nos primeiros anos o bairro conhecido por “Barracão”. A área correspondente a esta terceira seção, juntamente com o bairro Retiro (que já existia às margens do córrego Retiro) era chamada “Barracão de Baixo”, para distinguir do “Barracão de Cima”, que correspondia à área da sede, próxima à linha da Ferrovia Mojiana. Posteriormente, o Barracão de Baixo passou a se chamar Campos Elíseos e o Barracão (de Cima) teve seu nome alterado para Ipiranga

somente na década de 1960.

## **Sanear, embelezar e segregar? A “geografia social” da cidade**

Ribeirão Preto, que constituía um povoado ainda tímido, apesar de sua localização privilegiada no Estado, também assistiu ao início de sua modernização a partir da chegada da Mojiana em 1883, em função da expansão cafeeira. Até então, as modificações urbanas haviam acontecido lentamente. A partir daí, teve início uma série de obras de infraestrutura, começando pela retificação dos primeiros trechos do ribeirão Preto entre 1883 e 1884, permitindo a ampliação da área central com a construção de duas ruas, canalização de água em 1897, além do estabelecimento do Serviço de Higiene e Desinfecção (tendo como anexos o Serviço de Limpeza Pública e o Serviço de Arborização de Ruas), luz elétrica e diversas outras melhorias urbanas, todas localizadas apenas no chamado “quadrilátero central”.

O urbanismo sanitaria pregava a implementação de soluções técnicas como a construção de vias diagonais para circulação dos ventos e obras de saneamento, redefinindo os modos de apreensão do espaço e do desenho urbano, com a demarcação das curvas de nível, que facilitavam a drenagem natural. Cabia ao Estado reverter uma tendência patológica e moral, controlando os aparelhos de salubridade e de higiene, e alterando as normas de funcionamento da casa. Entre esses aparelhos, estava a canalização de esgotos, a drenagem de água estagnada, responsável pela umidade das habitações, a distribuição da água pura em domicílio, a organização da evacuação das águas servidas, a limpeza das ruas e a coleta de lixo, garantindo

assim, livre circulação do ar e da luz. Entre as soluções técnicas estava incluída a setorização dos equipamentos, de forma que na região central deveriam ficar apenas as residências e edifícios de representação do poder público; hospitais, cemitérios e tudo o que supostamente pudesse causar doenças, de acordo com a teoria dos miasmas, deveria ser afastado do contato com a população, bem como as fábricas e agentes poluentes. Seguindo o pensamento higienista e a necessidade de destruição dos miasmas como forma de destruir os odores da corrupção moral, as cidades também passaram a elaborar os seus “Códigos de Posturas”. O município teve suas primeiras “Posturas Municipais” em 1889, com a maior parte das especificações referentes aos alinhamentos, dimensões e espaçamentos entre as construções. Embora rudimentar, foi rápido ao abordar os limites entre esta área e o núcleo urbano principal, começando a delinear os contornos da “geografia social” da cidade, e não mais espacial, que destinou toda a zona norte, externa ao “quadrilátero central”, ao território da pobreza.

A habitação operária era considerada o “ponto vulnerável” do sistema de defesa da higiene urbana. Por isso, o processo de desodorização do espaço urbano procurava disciplinar o proletariado e controlar os atos do trabalhador. A noção de conforto passou a ser associada à de civilidade. Rolnik (1997, p.47) explica que o chamado “modelo higiênico de habitação” consistia da casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos, sendo que a “chave” da eficácia na demarcação de um território social preciso reside justamente no preço. A definição de um “padrão” – casas isoladas em lotes e recuos grandes – desenha uma “muralha invisível” na cidade, cujo acesso é dado apenas para

quem pode pagar por esta mercadoria exclusiva.

Este início de zoneamento levou à desigualdade no preço da terra e, portanto, à política de exclusão, que visava expulsar focos de doenças – e também os pobres – do convívio com a burguesia. Aqueles que podiam pagar pela infra-estrutura e exigências construtivas ficavam na região central, privilegiada, servida de infra-estrutura e serviços urbanos. A parcela da população que não tinha recursos para adquirir uma casa “higiênica”, partia à procura de terrenos de acordo com seu poder aquisitivo, encontrando-os no Núcleo Colonial Antônio Prado, ou seja, na região periférica. Assim, o isolamento dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, que veio a constituir a zona norte pobre da cidade, não pode ser interpretada como consequência exclusiva de barreiras físicas – os traçados do ribeirão Preto ou da Estrada de Ferro, tendo estes sim servido de justificativa à marginalização imposta a seus habitantes.

Na verdade, tais condicionantes físicos foram secundários, quando comparados à segregação imposta pela legislação urbana local, sobretudo se atentarmos para a localização no núcleo de equipamentos de saúde e fábricas que deveriam, em princípio, ficar relativamente afastados do meio propriamente residencial. Além disso, apesar da quantidade de pessoas que ocupavam os lotes inicialmente como chácaras, a infra-estrutura urbana tardou demais a alcançar devidamente todas as suas seções. Ambos os fatores contribuíram para a desvalorização daquelas terras, tão logo estas adentraram o mercado imobiliário.

Além de depositário privilegiado das obras de embelezamento, do centro (e das elites que o habitavam) deveriam ser “afastados” todos os possíveis agentes de contaminação. O primeiro passo foi

a remoção do Cemitério, localizado na atual Praça Sete de Setembro desde 1888 e, portanto, numa zona privilegiada da cidade. A área escolhida para a instalação do novo Cemitério Municipal, que viria a se chamar Cemitério da Saudade, foi a do Núcleo Colonial Antônio Prado. Este foi aos poucos se constituindo em uma espécie de “cidade invisível” (à elite), conforme Lapa (1995, p.325) sugeriu analisando o caso de Campinas: uma vez que não era possível eliminar indigentes, criminosos, doentes, prostitutas, vivos ou mortos, pois o próprio sistema os produzia e deles se aproveitava de alguma maneira, era possível “invisibilizá-los”, remetendo-os a uma cidade que se contrapunha ao centro saudável e bem-comportado. Assim como o Cemitério, havia necessidade de construção de um Hospital de Isolamento de Leprosos. O “leprosário” ou “lazareto”, como era chamado, foi inaugurado em 1897 juntamente com um Cemitério dos Leprosos e Variolosos, no lote 24 da Segunda Seção do núcleo. Os hospitais de isolamento eram vistos com tanta repugnância quanto seus internos, tratados como supostos promíscuos, alijados do convívio social porque presumidamente insalubres, confinados como penitentes, até que morressem. Havia, porém, distinções de classe. Se os pobres eram internados e tinham seus pertences pessoais e moradias expurgados, aos mais abastados era permitido o isolamento domiciliar. Da mesma forma que o cemitério e o hospital de isolamento, o Matadouro Público igualmente foi removido da área central, às margens do Córrego Retiro, onde se encontrava desde 1874. Seguindo as novas exigências de ordem sanitária, o matadouro foi instalado definitivamente em 1903, próximo à Sede e Terceira Seção do Núcleo. Por fim, hospitais, hospícios, asilos, orfanatos e demais equipamentos de saúde e instituições de ordenamento da

cidade passaram a se localizar na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, tanto pela distância da área central, quanto pelos preços dos terrenos, que eram adquiridos por meio de desapropriações ou doações por parte de entidades beneficentes.

A falta de investimentos de infraestrutura urbana desvalorizava os terrenos, levando ao aumento da procura pela classe de mais baixo poder aquisitivo, reforçando a divisão geográfica e social imposta pelas leis sanitárias.

Cuidar dos pobres ou investir em suas condições de vida não era prioridade da política urbanística da República Velha, uma vez que o contingente populacional dos territórios populares correspondia à baixíssima representatividade entre eleitores e eleitos. Esta situação somente viria a mudar com a Revolução de 1930, a partir da qual as classes médias e os trabalhadores passaram a ser entendidos como interlocutores políticos, ainda que sob a égide do populismo. Por isso, muito lentamente, obras de infraestrutura foram incorporadas ao Barracão, a maior parte delas, somente após intensas – e muitas vezes inúteis – mobilizações dos moradores. Na década de 1930, o Barracão ainda não dispunha de água encanada e começou a receber atenção por parte da administração pública somente após a década de 1940, quando foram intensificados os loteamentos populares em terras disponíveis do núcleo colonial.

O Núcleo Colonial Antônio Prado também contribuiu para a criação de condições para o surgimento das primeiras indústrias: mão-de-obra abundante e mercado consumidor para os produtos a partir da necessidade de produção de bens de consumo para a população que se deslocou para aquela área. Artigos que a indústria não supria ou cujo lucro não compensava o alto

custo com o transporte passaram a ser produzidos localmente, muitas vezes, em oficinas de “fundo de quintal”: fábricas de velas, sabão, olarias, oficinas de carpintaria, gráficas, tecelagens. Mas apesar desta atividade espontânea, a verdadeira “vocaçãõ industrial” que a área apresentou foi resultado do Artigo 54 do Código de Posturas de 1889, segundo o qual, fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública eram proibidas dentro da povoação. Na prática, porém, tais restrições não abrangiam a área do núcleo. Os grupos escolares se localizavam em sua maior parte também no Quadrilátero Central, voltados para os filhos da elite, enquanto as escolas profissionalizantes se instalaram no Barracão, com o objetivo de formar a classe operária. Por conta da concentração industrial e de mão-de-obra na área do núcleo, no ano seguinte à implantação da Companhia Metalúrgica, em 1922, foi construída a Escola Profissional Mista, em uma parte da Chácara Olympia, que fazia limite com a Terceira Seção do Núcleo. Trinta anos antes, o centro da cidade já tinha seu grupo escolar, onde os futuros médicos, engenheiros, advogados ou professores, filhos da elite cafeeira, podiam estudar.

Ao final dos anos de 1940, a já consolidada área industrial da cidade, constituída dos bairros surgidos do Núcleo Antônio Prado, ganhou a primeira instalação da Escola SENAC do interior paulista, exatamente na Quarta Seção do núcleo. Na mesma época, era criada a Faculdade de Medicina, que viria a constituir o Campus da USP na antiga Fazenda Monte Alegre e ainda o centro da cidade ganhava outra instituição de ensino notável, o Colégio Brasil. Este, posteriormente, passou a oferecer cursos profissionalizantes de Técnico de Contabilidade, Auxiliar de Laboratório e Supletivos, bem diferentes dos cursos disponíveis no SENAC, voltados para a

formação de operários.

Entre a fábrica e a cidade, o limite da natureza definido pelo Ribeirão Preto e o limite da técnica representado pela estrada de ferro, definiam uma incompatibilidade física e social entre a cidade rica e salubre e a cidade pobre e suja, embora fosse nesta segunda que residisse grande parte dos trabalhadores. A “metrópole moderna e progressista”, como anunciavam os almanaques que faziam propaganda de Ribeirão Preto no exterior, era restrita à burguesia local, que construiu, ao longo dos anos, uma cidade para poucos. Designando aos excluídos as submoradias e tudo aquilo que era indesejável, inviabilizou o convívio social no espaço público, pela inexistência de lugares propícios a essa prática, em tudo contrastante com as praças ajardinadas na área central da cidade. O urbanismo higienista foi o grande aliado na manutenção dessa lógica, implementada pelas Posturas Municipais.

A representação imaginária do pobre justificava, portanto, a aplicação de uma política autoritária, que lhe inculcaria bons modos, hábitos racionais para comer, morar e divertir-se. Entretanto, por mais “civilizado” que o “outro” se transformasse, ele ainda estaria ali, no contato com a burguesia. Assim, o Núcleo Colonial Antônio Prado veio resolver a mais delicada questão: afastou de vez a classe operária, juntamente com toda a população pobre e o imigrante, todos aqueles com os quais a burguesia não se reconhecia. Por isso, em sua criação, o núcleo foi bem-vindo. Após instalado, foi hostilizado.

### **Marcos de uma sociabilidade própria**

Em boa medida, os habitantes do Núcleo Colonial Antonio Prado mantiveram as características dos bairros rurais paulistas estudados por

Queiroz (1973). Uma vez que viviam em casas precárias, utilizavam técnicas e processos rudimentares, consumiam o que plantavam, vestiam roupas fiadas e tecidas por eles, empregando utensílios fabricados em casa, comiam doces feitos pelas próprias mulheres da família, vendiam na cidade galinhas e porcos, assim como as sobras da produção. Ou seja, constituíram uma agricultura de subsistência que permaneceu organizada e atuante ao mesmo tempo em que a cidade se modernizava. Constituíram um grupo de vizinhança em “habitat” disperso, mas com um traço psicológico marcante: o “sentimento de localidade”, estabelecendo sociabilidades próprias. Entre as primeiras atividades urbanas exercidas, seus moradores destacaram-se na prestação de serviços, como carroceiros e vendedores ambulantes, evidenciando tentativas de sociabilização com a cidade, sem que o oposto acontecesse.

A religião foi um meio pelo qual os imigrantes estabeleciam entre si laços de união e sociabilidade e reforçaram uma identidade comum entre eles e o restante da cidade. Majoritariamente católicos, encontraram na religião um refúgio e um ponto de referência estável em suas vidas nas novas terras. Por isso, preservaram o hábito de participar de missas e de festejar os santos da igreja católica. Em 18 de outubro de 1892, os moradores se reuniram em um abaixo-assinado pedindo o lote 7A da Sede, juntamente com algum auxílio financeiro, para a construção de uma capela. Como o Núcleo ainda não havia sido emancipado nesta ocasião, o pedido foi feito ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Jorge Tibiriçá, que negou o pedido, alegando que o Estado não podia conceder subvenções ou auxílios a nenhum culto, cujo exercício é inteiramente livre, sem dependências nem relações oficiais.

Mesmo assim, os colonos se uniram na construção de uma capela menor, que foi a de Santo Antônio, na Segunda Seção, demolida na década de 1980, para dar lugar à Igreja São Pedro. Há relatos da participação dos moradores do núcleo na construção das outras maiores igrejas da cidade, como a Catedral Metropolitana (entre 1904 e 1911) e a de Santo Antônio de Pádua, na Terceira Seção (atual bairro Campos Elíseos). Segundo seus descendentes, isso constituía, muito mais do que um trabalho, um ato simbólico religioso, havendo muita união e empenho. Desde essa época, o bairro Campos Elíseos abriga as festas mais típicas dos santos italianos, como a de Santo Antônio de Pádua e a de São Genaro, bem como as tradicionais quermesses e festas de sanfoneiros.

Além da religião, militaram também em associações, que contaram com a presença significativa dos imigrantes italianos em todo o Estado de São Paulo. No caso de Ribeirão Preto, uma parte dos imigrantes que se instalaram no núcleo colonial, possivelmente já chegou com a intenção de trabalhar na cidade, adquirindo para tanto um lote, o que leva a crer na vinda de algumas pessoas não de todo despolitizadas. Além disso, por meio das atas das associações italianas na cidade de modo geral, notou-se uma participação, ainda que pequena, dos moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado, com alguns deles ocupando cargos de direção nessas associações.

Tais associações italianas tinham um caráter preferencialmente de beneficência e mútuo-socorro, devido ao atraso ou ausência de legislação social que amparasse os trabalhadores imigrantes em seu novo país, além do desamparo e da lentidão da estrutura diplomática italiana no serviço de assistência aos necessitados, esta supostamente responsável pela denúncia das injustiças de que aqueles eram

vítimas. Entre as associações tradicionais da cidade que não tiveram ligação com a imigração (Sociedade Legião Brasileira, Rotary Clube, Sociedade Recreativa de Esportes, Clube de Regatas entre outras), não foram encontrados nomes de moradores da área de estudos entre seus sócios ou dirigentes, provavelmente por serem estas freqüentadas apenas pela elite.

A partir da iniciativa de imigrantes e filhos de italianos que moravam nas proximidades da antiga estação da São Paulo-Minas (localizada nos Campos Elíseos, Terceira Seção), no ano de 1916 formou-se um time de futebol, legalizado no ano seguinte como “Palestra Itália Futebol Clube”, mantendo entre seus sócios-fundadores vários moradores do Núcleo Colonial Antônio Prado. No ano seguinte à formação do Palestra Itália, os moradores de outra antiga região, a Vila Tibério, criaram o “Botafogo Futebol Clube”, constituído principalmente de trabalhadores da Mojiana. Devido à proximidade deste da Sede do núcleo colonial, esta região passou também a se identificar com o Botafogo, contrapondo-se aos torcedores do Palestra Itália, na Terceira Seção.

## Uma cidade dentro de outra

Ao longo dos anos, as terras permaneceram em grande parte entre as primitivas famílias e os bairros originados foram sendo gradualmente engolfados na malha urbana da cidade, na medida em que esta se expandia. Contudo, a área do núcleo foi permanecendo como uma ilha em meio à expansão urbana, como se a cidade fosse “desviando” de seu traçado para crescer. Ao mesmo tempo, consolidava-se como uma região com características próprias, com seu próprio comércio, independente da área central, com suas

atividades de lazer e festejos, com o Palestra Itália, as famosas quermesses da Igreja Santo Antônio de Pádua, e até as festas juninas realizadas no interior dos sítios que permaneceram.

A trajetória do núcleo ultrapassou assim o objetivo inicial de sua fundação, o de constituir um “viveiro de mão-de-obra” para a lavoura de café e abastecer a cidade com gêneros de subsistência durante o auge da monocultura cafeeira. Converteu-se em “cidade invisível” às classes abastadas, abrigando as categorias que “precisavam” ser ocultadas – doentes, vadios, loucos, rebeldes, velhos, prostitutas, menores órfãos ou abandonados. Concomitantemente, recebeu os equipamentos poluentes, feios ou malcheirosos. Resolveu-se desse modo um problema da elite que, embora necessitasse de operários e imigrantes para o trabalho, não os desejava para seu convívio: assim sendo, lá os confinaram para que não fossem vistos.

Entre outros núcleos coloniais, um caso semelhante aconteceu com o de Santana, na zona norte da cidade de São Paulo – pouco estudado, assim como o Antônio Prado. Foi na sede deste núcleo, constituído em 1877, que a Hospedaria de Sant’Anna, a primeira voltada a imigrantes, foi construída em 1878, desativada em 1880 e posteriormente demolida em 1915. Ainda nesta área, constantemente alagada pelo Rio Tietê, seria construída, a partir de 1911, a Penitenciária do Estado (inaugurada em 1920), destinada também a abrigar cidadãos que deveriam ser excluídos do convívio social, “invisibilizados”.

De qualquer modo, a análise de inventários de antigos moradores do núcleo atesta certa mobilidade social ao longo de suas trajetórias de vida. É relativamente comum constar heranças de dois ou mais lotes, bem como uma casa e até mesmo outros imóveis na mesma área, ainda que seja notória a

impossibilidade de mudança para bairros mais caros, pois eram e são necessários muitos lotes na zona norte para se adquirir um terreno na zona sul ou central. Não resta dúvida, contudo, que o Núcleo Colonial Antônio Prado desempenhou um papel essencial no processo de expansão urbana de Ribeirão Preto, ao introduzir na cidade trabalhadores urbanos especializados, ao abastecê-la com gêneros de subsistência, ao ampliar a oferta de imóveis para a classe trabalhadora e ao constituir uma área de comércio e indústria que teve condições de se desenvolver paralelamente à área privilegiada da cidade.

\* **Adriana Capretz Borges da Silva Manhas é Arquiteta, Mestre em Engenharia Urbana e Doutora em Ciências Sociais / Dpto. de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).**

\*\* **Oswaldo Mário Serra Truzzi é Engenheiro de Produção, Mestre em Administração e Doutor em Ciências Sociais / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).**

## REFERÊNCIAS

- LAPA, José Roberto do Amaral  
(1995) *Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo, Edusp.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de  
(1973) *Bairros rurais paulistas – dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades.
- ROLNIK, Raquel  
(1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp.
- SILVA, Adriana Capretz Borges da  
(2008) *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887)*. São Carlos: UFSCar. (Tese Doutorado).